DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 6329/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/2741/2016
PROTOCOLO	: 1670511
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO
JURISDICIONADO	: MARIO ALBERTO KRUGER
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 31/2016
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID
VALOR	R$ 102.403,60

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. CLÁUSULAS NECESSÁRIAS. REGULARIDADE. REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS. MULTA.

Em exame o procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 55/2015 – e a formalização do Contrato Administrativo n. 31/2016, celebrado entre o Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS e a microempresa Silva & Toshiko Ltda., visando à contratação de empresa para aquisição de material de expediente e escritório, a pedido de todas as secretarias do município, no valor de R$ 102.403,60 (cento e dois mil quatrocentos e três reais e sessenta centavos).

Na análise técnica a 5ª ICE constatou que os documentos que instruem o procedimento licitatório e a formalização a do Contrato atendem integralmente as disposições estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93; bem como foram remetidos ao Tribunal de Contas de acordo com as exigências da Instrução Normativa 35/2011, exceto pela remessa dos documentos fora do prazo previsto no Anexo I, Capítulo III, Seção I, subitem 1.1.1, "*A*" da Instrução Normativa TC/MS n. 35/11 (ANA-5ICE- 5734/2016 - *f.480/484*).

O Ministério Público de Contas, por sua vez, opinou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização contratual e pela aplicação de multa, conforme parecer acostado à *f.838/839* (PAR- 2ªPRC – 7428/2017).

É o relatório.

Das razões de decidir.

O mérito da questão baseia-se na apreciação do procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 55/2015 – e a formalização do Contrato Administrativo n. 31/2016, celebrado entre o Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS e a microempresa Silva & Toshiko Ltda.

Foram trazidos aos autos: o comprovante de autorização para realização da licitação, identificação do processo administrativo, a publicação do edital, lei que estabelece o jornal como imprensa oficial, edital, decreto que designa o pregoeiro e equipe de apoio, parecer jurídico, atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora, documentação de credenciamento e habilitação dos licitantes, atos de adjudicação e homologação, certidões negativas de débitos, cópias das propostas e dos documentos que a instruem, cópia da minuta de contrato ou documento equivalente e demais documentos exigidos pelo Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.1.1, B.1 da INTC/MS n. 35/2011.

O Contrato Administrativo n. 137/2015 contém em suas cláusulas os elementos essenciais: objeto, prazo de vigência, os preços e condições de pagamento, dotação orçamentária, as obrigações das partes, a rescisão contratual e as sanções administrativas, previstas no art. 55 da Lei n. 8.666/93. Bem como o extrato do contrato fora publicado, conforme do art. 61 *parágrafo único*, da referida lei e emitida a respectiva nota e empenho.

Assim, verifico por meio da documentação acostada que o procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 1/2016 - e a formalização do Contrato Administrativo firmado sob n. 31/2016, foram realizadas de acordo com as Leis 10.520/02 e 8.666/93, porém os documentos foram remetidos fora do prazo do prazo previsto no Anexo I, Capítulo III, Seção I, subitem 1.1.1, "*A*" da Instrução Normativa TC/MS n. 35/11.

Dessa forma, tendo como suficientes as razões expostas pela 5ª ICE, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, nos termos do art. 120, inc. I e II da RNTC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

I - Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório – Pregão Presencial n. 1/2016 e da formalização Contrato Administrativo n. 31/2016, celebrado entre o Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS e a microempresa

Silva & Toshiko Ltda., de acordo com o previsto nas Leis 10.520/02 e 8.666/93, ***com ressalva*** *pela remessa dos documentos fora do prazo previsto no Capitulo III, Seção I, subitem 1.1.1, "A" da instrução Normativa 35/2011;*

II - Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** ao Prefeito Municipal – *Mario Alberto Kruger,* inscrito no CPF n. 106.905.010-20, no valor de correspondente a **11 (onze) UFERMS,** prevista no art. 170, §1º, inciso I, alínea "*a*" do Regimento Interno do TC/MS, na forma do Provimento n. 02/2014 da Corregedoria Geral do TCE/MS, pela remessa intempestiva dos documentos;

III - Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 60 (sessenta) dias para o recolhimento da multa ao FUNTC nos termos do art. 83 da Lei Complementar 160/2012, comprovando o pagamento nos autos, sob pena de cobrança executiva judicial, nos termos do art. 77, § 4º da Constituição Estadual.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 27 de junho de 2017.

(Assinado digitalmente)
Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

SMA